

Duas agregações de escolas para o próximo ano letivo

DB-Pedro Agostinho Cruz



Governo considerou a proposta apresentada no Conselho Municipal de Educação

●●● O Ministério da Educação e Ciência deu por concluída a primeira fase das agregações de escolas para o próximo ano letivo. Na Figueira da Foz será agregada a Escola Secundária Cristina Torres com o Agrupamento de Escolas de Alhadas, devendo a sede ficar na primeira.

E a Escola Secundária Bernardino Machado com o Agrupamento de Escolas de Buarcos – ainda não se sabe onde ficará a sede. Esta foi, aliás, a proposta apresentada na última reunião do Conselho Municipal de Educação (CME). Foi votada favoravelmente e enviada Direção Regional de Educação do Centro (DREC), depois da mesma ter pedido para que escolas/agrupamentos e autarquias se pronunciassem.

A câmara considerou que a “agregação de escolas” seria “uma má solução política” e apresentou uma proposta diferente, em reunião de câmara, admitindo que as agregações a serem consagradas deveriam sê-lo depois de aprovação do Projeto Educativo Local (PEL).

Porém, a decisão do Ministério da Educação não foi ao encontro da autarquia, pois aprovou a proposta apresentada no CME. O vice-presidente da Câmara da Figueira da Foz não vê com agrado a decisão e afirmou: “Não concordo, mas é a proposta que o secretário de estado assumiu”. Carlos Monteiro referiu ainda que a autarquia se encontra a trabalhar no PEL.

“Achávamos que era mais importante tomar-se decisões, após a feitura do PEL, mas a decisão não foi essa”, disse o vice-presidente da câmara, que se encontrava ontem reunido com os restantes agentes envolvidos no projeto local – professores e diretores de escolas não agrupadas.



Foram realizadas no país mais de 350 reuniões entre as direções regionais de educação e escolas, agrupamentos e autarquias

- 1 Cada agrupamento na Figueira da Foz terá cerca de 1000 alunos
- 2 O processo resultou em 115 novas unidades orgânicas (a nível nacional)

representantes da câmara que foram à DREC apresentar a posição da câmara”, referiu por sua vez Daniel Santos. De acordo com o vereador do Movimento Figueira 100%, foi referido que existiu um “desencontro de posições”, quando a proposta da câmara foi aprovada por unanimidade.

João Armando Gonçalves, por outro lado, admitiu que a decisão do governo não é surpreendente. “Respeitamos, mas não concordamos com ela. É a consequência da forma como o processo foi conduzido. Foi uma pena... Seria razoável pelos motivos que na altura aduzimos que se esperasse mais”, justificou o vereador do PSD.

Cláudia Trindade